

A formação e a prática profissional para a habitação social no Brasil¹

Laura Machado de Mello Bueno²

Outubro 2004

Este artigo tem como objetivo documentar as discussões desenvolvidas no XVII Congresso Nacional dos Arquitetos de 29 de abril a 3 de maio de 2003, no RioCentro, Rio de Janeiro, quando, durante os diversos dias de trabalho, foi discutida a questão habitacional, estratégias e projetos para melhoria do habitat humano, como preconiza a União Internacional dos Arquitetos³.

Introdução:

Em metodologia consagrada, a Fundação João Pinheiro⁴, desenvolveu o conceito de necessidades habitacionais. Ela propõe alguns indicadores para o déficit habitacional e para a inadequação habitacional no Brasil.

O déficit habitacional é mensurado por diversos modos:

- a coabitação: domicílios com mais de uma família, com parentes conviventes secundários, cômodos alugados ou cedidos;
- o ônus excessivo do aluguel (famílias de até cinco sm de renda que gastam mais de 30% da renda de aluguel);
- habitação precária (pessoas que moram em abrigos improvisados);
- casas muito rústicas, precisando reposição.

Essas situações implicam na necessidade de produção de novas casas e apartamentos, na maior parte, nas regiões metropolitanas.

¹ texto preparado para o X Encontro Anual da União Latino-americana de Cátedras de Vivenda -, de 3 a 6 de novembro de 2004 em Pelotas, RS

² Professora da FAU PUC Campinas, coordenadora do Laboratório do Habitat do CEATEC da PUC Campinas, pesquisadora do LABHAB da FAUUSP.

³ Mesas redondas e conferências sobre o tema tiveram a organização da UFRJ, da FENEA (Denise Maher, Leonardo Rodrigues e Eduardo Chilletto), e da FNA, e propiciaram a apresentação de propostas por diversos profissionais e pensadores, como Demetre Anastassakis, Adauto Cardoso, João Marcos Lopes, Nabil Bonduki, Jerônimo de Moraes, Pablo Benetti, Valeska Peres Pinto e Clóvis Ilgenfritz, entre outros. A autora, convidada para a primeira mesa, procura aqui registrar as mais importantes idéias, sendo o presente texto de sua responsabilidade.

⁴ Fundação João Pinheiros, 2001. Os dados básicos são do Censo de 2000 e da PNAD 1999 – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE. Os resultados referem-se ao Brasil, estados e regiões metropolitanas. A Fundação vem consolidando essa metodologia desde 1995.

A inadequação habitacional é outro aspecto do problema da moradia. Ela é medida, segundo a Fundação, pelos seguintes indicadores:

- adensamento excessivo do domicílio (em que há três ou mais pessoas por dormitório);
- a inadequação fundiária urbana: carência de infra-estrutura, verificando-se os locais com dois ou mais carências - em relação à água com distribuição interna, esgoto com ligação à rede ou fossa séptica, energia elétrica, coleta de lixo regular;
- ausência de unidade sanitária interna nos domicílios;
- depreciação de condições físicas dos domicílios.

Os indicadores propostos pela Fundação João Pinheiro possibilitam não só analisar as condições internas da moradia, mas também associá-la ao acesso à infra-estrutura e à qualidade de vida urbana. A inadequação de infra-estrutura e a irregularidade são importantes indicadores da segregação sócio-espacial.

Colocação e dimensão do problema

Historicamente o ambiente construído no Brasil apresenta uma urbanização incompleta⁵. As casas também são incompletas, disfuncionais e insalubres. Há uma enorme quantidade de lares onde moram pessoas de todas idades, que não tem banheiro interno (1,4 milhões de domicílios) e que não tem rede alguma de esgoto (5,4 milhões de domicílios). Em 3,3 milhões de lares duas ou mais famílias moram juntas porque não têm alternativas (a chamada coabitação involuntária). Temos 2 milhões de domicílios onde dormem 3 ou mais pessoas no mesmo quarto.

Nas cidades brasileiras havia em 2000 3,3 milhões de domicílios onde faltavam dois ou mais serviços básicos – energia elétrica, abastecimento de água, esgotamento sanitário ou coleta de lixo. Imaginem como estão as ruas, as escolas, os postos de saúde, as praças das em frente a essas casas.

O Brasil necessita ampliar seu parque habitacional para atender a toda população no futuro e também para as pessoas que já moram mal. Assim seria de se supor que há muito trabalho para os

⁵ Esses dados e os abaixo são da Fundação João Pinheiro, 2000 com base na PNAD 1999 e no Censo IBGE 2000.

setores da construção civil, seja produção de materiais e mão de obra por sua utilização, inclusive a especializada.

Mas a grande maioria das situações de inadequação está vinculada a baixos rendimentos. A população brasileira não tem condição de poupança para pagar um bem tão caro como a casa própria, ficando à mercê de juros altos nos depósitos de material de construção. Não tem acesso a serviços especializados de projeto e execução. Usam materiais de construção, alguns de alta tecnologia (tubos e conexões, tintas e aparelhos eletrônicos) de forma inadequada quanto à execução. A renda baixa e instável dificulta o acesso ao mercado formal de habitação, seja através do financiamento para aquisição ou através do aluguel.

Devido à insolvência da população, muito pobre, e à falta de recursos em fluxo estável no poder público, os profissionais envolvidos são ainda em número muito reduzido, apesar da quantidade de profissionais – arquitetos, engenheiros ou tecnólogos sub ou desempregados.

A falta de importância dada à qualidade do ambiente construído pelo poder público poder ser medida. Segundo o SNIU (Sistema Nacional de Indicadores Urbanos⁶) 48% das prefeituras brasileiras não tem nenhum profissional arquiteto ou engenheiro (em quaisquer especialidades).

Experiências, Conclusões e Propostas

A seguir são enumeradas as principais conclusões e propostas registradas no Congresso, selecionadas pela autora:

Devido à escala do problema brasileiro o sistema de habitacional social deve ter caráter universal, uma política pública para melhorar substancialmente a condição habitacional da população em alguns anos. A produção pública e a produção privada de HIS precisam ser ampliadas e mantidas através de fundos locais, estaduais e federais,

A habitação social, especialmente a melhoria da habitação inadequada, é uma área em que as atividades profissionais não estão consolidadas tecnicamente. Sendo um campo profissional ainda de baixa solvabilidade, tem um número de profissionais restrito.

⁶ Acesso através do sítio do Ministério das Cidades www.cidades.gov.br.

Entretanto, a demanda habitacional gerada por programas amplos articulados entre o governo federal e as associações profissionais, abrirá um novo campo profissional, não só de projetos e obras públicas, mas outras formas .

É necessário desenvolver um profissional que, além de ter competência técnica, tem percepção da problemática do usuário. É preciso que os profissionais se conscientizem de que a habitação social é um tema complexo que envolve diversas categorias profissionais em equipes multidisciplinares.

O estudante de arquitetura não está preparado para prestar assessoria diretamente, sem ter orientação e supervisão de profissional habilitado e de especialistas, pois a habitação social é um tema técnico e politicamente complexo, requerendo maturidade, experiência profissional . A atuação do estudante deverá ser entendida como aperfeiçoamento para a excelência. Assim, não pode ser confundida com caridade ou militância política. A participação em equipes de trabalho sobre habitação deve significar estágio remunerado ou créditos do currículo escolar.

O profissional recém formado interessado em trabalhar com habitação social deve ter acesso a cursos de aperfeiçoamento na área, especialmente para os casos de urbanização de favelas e outros assentamentos precários e reforma de habitações autoconstruídas.

Os programas de assistência técnica para reforma e ampliação habitacional devem estar integrados em programas mais amplos de urbanização e adequação. São exemplos os planos gerais de urbanização de favelas de Belo Horizonte e de Santo André, os PRIH-Perímetros de Reabilitação Integrada do Habitat da Prefeitura de São Paulo, as PREZEIS de Recife.

A assistência técnica para moradias existentes deve priorizar a eliminação de riscos de vida e patrimônio, adequação sanitária e conforto ambiental satisfatório.

Esses aspectos são estratégicos para a moradia adequada e digna. A regularização fundiária e a edificação deverão ser tratadas com prazos maiores do que a prestação da assistência para as reformas.

Os fundos públicos devem voltar-se para esse componente fundamental, incluindo-se aí os fundos do CREA e outras entidades profissionais. Como experiências tem-se o PAP⁷, o Programa Arquitetura e Engenharia Públicas e outros.

⁷ O Programa de Apoio às Populações Desfavorecidas teve como foco os moradores de favelas urbanizadas pelo Programa Bairrinho (dentro do programa Favela Bairro) que solicitaram apoio para reforma de suas

Grandes agentes da produção habitacional do Brasil não perceberam a importância do tema. A Caixa Econômica Federal mantém o programa de Financiamento de Material de Construção que não exige e nem financia assistência técnica.

A qualificação do poder público para a gestão dos projetos voltada para o interesse coletivo também terá um papel multiplicador de resultados.

Destaque-se que geralmente é mais adequado (eficaz e eficiente) trabalhar com comunidades, do que individualmente, pois grande parte das soluções de uma casa interferem no vizinho, que por sua vez, também precisa de assistência. Assim, é desejável a ampliação das formas de acesso a recursos financeiros e serviços para associações de moradores.

A ampliação dos fundos para moradia de maneira ampla, irá fortalecer o setor privado - projetistas e empreiteiras e o aparecimento de Profissionais que trabalham coletivamente em assessorias técnicas e que se propõem a trabalhar para clientes coletivos – associações de moradores, cooperativas, movimentos populares. Essas organizações são diferentes de um escritório de projeto. Tem propósitos que vão além dos de uma empresa. Estão envolvidos com aspectos socioculturais e educativos, projetos participativos e metodologias de pesquisa participante.

As Universidades precisam oferecer cursos de capacitação e atualizações voltadas à habitação social.

Cabe também às universidades desenvolver pesquisas experimentais renovando metodologias, bases técnicas paramétricas e processos construtivos.

casas. Foi organizado pela UFRJ, IAB RJ e Prefeitura do Rio de Janeiro, com apoio financeiro da Comunidade Européia. Os arquitetos recém formados que se interessaram pelo curso no PAP receberam uma bolsa equivalente à Bolsa de Mestrado, durante um ano. São ministradas 5 disciplinas, desde conforto até patologias das construções.